L'INTI ALI MIRANDA FAIAD

Estado e startups: financiamento do ecossistema empreendedor via venture capital

Tese de doutorado

Orientador: Professor Titular André Ramos Tavares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

L'INTI ALI MIRANDA FAIAD

Estado e startups: financiamento do ecossistema empreendedor via venture capital

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob orientação do Professor Titular André Ramos Tavares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA – DEVE SER IMPRESSA NO VERSO DA
FOLHA DE ROSTO**

FAIAD, L'Inti Ali Miranda. **Estado e startups**: financiamento do ecossistema empreendedor via venture capital. 2019. 216 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

O trecho da minha jornada que se encerra com este trabalho termina com gratidão e esperança. Gratidão pelas amizades e por tudo que aprendi, foi uma bela jornada. A esperança é que o Brasil possa deixar de ser o país do futuro e seja o país do presente. Acredito que confiar e estimular o potencial do povo brasileiro através das melhores práticas que outros países já utilizaram seja um excelente caminho.

Em primeiro lugar, um especial agradecimento ao Professor André Ramos Tavares, um exemplo de retidão e competência na academia jurídica brasileira. Toda a sua compreensão com as angústias inerentes a este trabalho e a precisão nos comentários foram essenciais. Um verdadeiro orgulho ter sido orientado. Obrigado, Prof. André.

Os Professores Alessandro Octaviani e Luis Massonetto foram precisos e apresentaram vários caminhos possíveis na banca de qualificação, um dos quais eu resolvi seguir. Obrigado, Professores.

Os amigos, sempre atenciosos, pelo apoio e pelas conversas. Um especial obrigado a Jacob Paschoal, Júlio César de Oliveira, Taimi Haensel, Dan Levy e Felipe Bambirra. Obrigado, meus amigos.

Mariano Mayer, Secretário de Empreendedores e Pequenas e Médias Empresas, e Florencia Lobos, Diretora de Capital Empreendedor, do Ministério da Produção da Nação Argentina. Exemplos de transparência e eficiência na gestão da coisa pública. Compartilharam as informações das iniciativas argentinas. Obrigado, Mariano e Florencia.

Luiz Santopaolo e Cristina Matheus Santopaolo foram muito gentis ao me auxiliarem com a tradução de parte deste trabalho. Obrigado.

Meus primos Mariana Tavares e Oannes Miranda, como sempre, socorreram o primo quando preciso. Obrigado.

Rafael Ribeiro, o Rafa da ABS (Associação Brasileira das Startups), um dos maiores expoentes do ecossistema brasileiro das startups, foi quem me apresentou esse mundo novo que me encantou e me seduziu. Obrigado, Rafa.

Sandra Maria Morais foi incrivelmente generosa ao me ajudar com a revisão deste trabalho. Obrigado, Sandra.

Por fim, mas sempre em primeiro lugar, agradeço a minha família por todo amor, carinho e compreensão nos momentos bons e, principalmente, nos não tão bons. Amo vocês Pai, Mãe, Larissinha, Gabriel, Carol e Luiz Paulo.

RESUMO

A presente tese busca demonstrar por que é fundamental que o Estado brasileiro financie o ecossistema das *startups* por meio de *venture capital* (VC), a necessidade de aprimoramento da infraestrutura jurídica e dos arranjos jurídico-institucionais até agora utilizados.

Em primeiro lugar, buscou-se assentar o papel do Estado brasileiro na promoção do desenvolvimento em decorrência do que determina a Constituição Econômica (CE) nacional, pedra de toque da infraestrutura jurídica brasileira em relação a economia. Para cumprir tal disposição normativa, a inovação ocupa papel central em face do capitalismo contemporâneo. Nesse esteio, as empresas nascentes de base tecnológica, que utilizam as novas tecnologias e buscam a inovação como meio de sobrevivência, ocupam lugar de destaque, não se desconhecendo os tensionamentos existentes em face de outras disposições constitucionais da CE.

Em seguida, analisa-se a essencialidade da promoção da inovação como mecanismo para o *catch-up* nacional e necessidade de o Estado articular os atores sociais envolvidos em torno do Sistema Nacional de Inovação. Ademais, considera-se que incentivar *startups* e ecossistemas empreendedores através do financiamento via *venture capital* (VC) é mecanismo essencial para o aumento da complexidade econômica brasileira, a navalha de Occam do desenvolvimento.

Além disso, serão analisadas políticas públicas de incentivo às *startups* através de VC implementadas por Estados Unidos da América, China, Israel e Argentina.

Na sequência, discute-se infraestrutura jurídica da inovação brasileira, especialmente a Lei de Inovação e sua regulamentação, e, com base nisto, é feita a análise das principais modelagens jurídicas, e são escrutinadas as experiências promovidas através dos fundos da série Criatec (BNDES) e Finep Startup (FINEP).

Por fim, são apresentadas propostas de melhorias para os arranjos jurídico-institucionais para o financiamento público do ecossistema brasileiro das *startups* através de VC em face das disposições normativas nacionais e as melhores

práticas identificadas, e apresenta-se uma proposta de melhoria da infraestrutura jurídica essencial para a promoção das empresas nascentes de base tecnológicas.

Palavras-chave: **Constituição Econômica – Infraestrutura jurídica – Inovação – Startups – Venture Capital**

ABSTRACT

FAIAD, L'Inti Ali Miranda. **State and startups**: financing startups ecosystem through venture capital. 2019. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The present thesis aims to demonstrate how fundamental it is that the Brazilian State finances the startup ecosystem through venture capital (VC), the need to improve the legal infrastructure and the legal-institutional arrangements hitherto used.

Firstly explained is the role of the Brazilian State in the promotion of development as a result of what determines the Economic Constitution (EC), a touchstone of the Brazilian legal infrastructure in relation to its economy. In order to comply with this normative provision, innovation plays a central role in the face of contemporary capitalism, and, in this regard, the nascent technology-based companies, which use new technologies and seek innovation as a means of survival, occupy a prominent place, not being unaware of the tensions that exist in the face of other constitutional provisions of the EC.

Next, an analysis of the essentiality of the promotion of innovation as a mechanism for the national catch-up and the need for the State to articulate the social actors involved in the National Innovation System. Also, it is considered that encouraging startups and entrepreneurial ecosystems through venture capital (VC) financing is an essential mechanism for increasing the Brazilian economic complexity, Occam's razor of development.

In addition, public policies to encourage startups through VC implemented by the United States of America, China, Israel, and Argentina were analyzed.

The legal infrastructure of Brazilian innovation is discussed, especially the Law of Innovation and its regulation, and, based on this, an analysis of the main legal instruments is done, and of the experiences promoted through the funds of the series Criatec (BNDES) and Finep Startup (FINEP).

Finally, proposals are presented for improvements to legal-institutional arrangements for the public financing of the Brazilian ecosystem of startups through VC in the light of national regulations and best practices identified, and a proposal is presented to improve the essential legal infrastructure for the promotion of technology-based nascent companies.

Keywords: Economic Constitution – Legal Infrastructure – Innovation – Startups – Venture Capital

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour but de démontrer à quel point il est fondamental que l'État brésilien finance l'écosystème des startups par le biais du capital-risque et de souligner le besoin d'améliorer l'infrastructure juridique ainsi que les dispositifs juridico-institutionnels utilisés jusqu'à présent.

Tout d'abord, il a été question de définir le rôle de l'État brésilien dans la promotion du développement à la suite des éléments qui déterminent la Constitution Économique nationale (CE), pierre de touche de l'infrastructure juridique brésilienne en matière d'économie. Afin de respecter cette disposition normative, l'innovation joue un rôle central face au capitalisme contemporain. À cet égard, les entreprises naissantes porteuses de nouvelles technologies et cherchant l'innovation comme moyen de survie, occupent une place privilégiée, ignorant les tensions qui existent face aux autres dispositions constitutionnelles de la CE.

Ensuite, une analyse s'effectue concernant l'essentiel de la promotion de l'innovation en tant que mécanisme de rattrapage national aussi bien que le besoin pour l'État d'articuler les acteurs sociaux impliqués autour du Système National d'Innovation. En outre, il est considéré que l'encouragement des startups et des écosystèmes entrepreneuriaux à travers le financement en capital-risque est un mécanisme essentiel pour accroître la complexité économique brésilienne, le rasoir de l'Occam du développement.

Par ailleurs, une analyse porte sur les politiques publiques visant à encourager les start-ups grâce au capital-risque menées aux États-Unis d'Amérique, en Chine, en Israël et en Argentine.

De plus, l'infrastructure juridique de l'innovation brésilienne est discutée, en particulier, la loi sur l'innovation et sa réglementation. D'après ces considérations, l'analyse des principaux modèles juridiques se réalise et les expériences obtenues grâce aux fonds de la série Criatec (BNDES)) et Finep Startup (FINEP) sont examinées attentivement.

Enfin, des propositions sont présentées pour améliorer les dispositions juridiques et institutionnelles relatives au financement public de l'écosystème brésilien des startups par le capital-risque, à la lumière des réglementations nationales et des meilleures pratiques identifiées. Aussi, une proposition est suggérée pour améliorer l'infrastructure juridique essentielle pour la promotion des entreprises naissantes porteuses de technologie.

Mots clés: Constitution Economique – Infrastructure Juridique – Innovation – Startups – Capital de Risque

RESÚMEN

La presente tesis busca demostrar cómo es fundamental que el Estado brasileño financie el ecosistema de las startups a través de *venture capital* (VC), y la necesidad de perfeccionamiento de las prácticas y arreglos jurídico-institucionales hasta ahora utilizados.

En primer lugar, se buscó asentar el papel del Estado brasileño en la promoción del desarrollo en consecuencia de lo que determina la Constitución Económica (CE) nacional. Para cumplir tal disposición normativa, la innovación ocupa un papel central frente al capitalismo contemporáneo. En este sentido, las empresas nacientes que utilizan las nuevas tecnologías y buscan la innovación como medio de supervivencia ocupan un lugar destacado, no desconociendo las tensiones existentes frente a otras disposiciones constitucionales de la CE.

A continuación, se analiza la esencialidad de la promoción de la innovación como mecanismo central para el *catch-up* nacional y la necesidad del Estado de articular a los actores sociales involucrados en torno al Sistema Nacional de Innovación. Además, se considera que incentivar startups y ecosistemas emprendedores a través del financiamiento vía *venture capital* (VC) es un mecanismo comprobadamente esencial para el aumento de la complejidad económica brasileña, la Navaja de Occam del desarrollo.

Además, se analizan las políticas públicas extranjeras de incentivo a las startups a través de *venture capital*, en especial: Estados Unidos de América, China, Israel y Argentina.

Posteriormente, se discute el marco normativo brasileño, especialmente la Ley de Innovación y su reglamentación, y, sobre la base de esto, se hace el análisis de los principales modelos jurídicos y se escudriñan las experiencias promovidas a través de los fondos de la serie Criatec (BNDES) y Finep Startup (FINEP).

Por último, se presentan propuestas de mejoras para los arreglos jurídico-institucionales para la financiación pública del ecosistema brasileño de las startups

a través de VC ante las disposiciones normativas nacionales y las mejores prácticas identificadas.

Palabras-claves: Constitución económica – Infraestructura jurídica – Innovación – Startups – Venture capital

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CB

Constituição Econômica – CE

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Micro, Pequena e Média Empresa – MPME

Sistema Nacional de Inovação – SNI

Small Business Administration – SBA

Supremo Tribunal Federal – STF

Venture capital – VC

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Ciclo de uma *startup*

Tabela II – Projetos de lei com definição de *startup*

Tabela III – Exportações brasileiras para a China (2017-2018)

Tabela IV – Diferença entre programas Yozma e Inbal

Tabela V– Principais regras do Fundo Criatec I

Tabela VI – Principais aprendizados do Criatec I

Tabela VII – Posição atual do Fundo Criatec I

Tabela VIII – FINEP Startup I – áreas de investimento

Tabela IX – FINEP Startup II – áreas para investimento

Tabela X – Fundo PRIMATEC – Carteira de investimentos

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico I – FINEP Startup I – Por segmento

Gráfico II – FINEP Startup I – Distribuição por Estado

Gráfico III – FINEP Startup I – Distribuição por região

Gráfico IV – FINEP Startup II – Por segmento

Gráfico V – FINEP Startup II – Distribuição por Estado

Gráfico VI – FINEP Startup II – Distribuição por região

Gráfico VII – FINEP Startup III – Por segmento

Gráfico VIII – FINEP Startup III – Distribuição por Estado

Gráfico IX – FINEP Startup III – Distribuição por região

Figura I – Exportações do Brasil em 1995

Figura II – Exportações da China em 1995

Figura III – Exportações brasileiras em 2016

Figura IV – Exportações chinesas em 2016

Figura V – Ciclo da *startup* enxuta

Figura VI – Ecossistema de *startups* ou ecossistema empreendedor

Figura VII – Países que usam VC como forma de financiar *startups*

Figura VIII – Modelo do SBIC

Figura IX – Investimento chinês e quantidade de fundos de VC investidos

Figura X – Investimento de países da OECD em VC sobre PIB

Figura XI – Principais números do Criatec I

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 Constituição econômica, desenvolvimento e inovação	25
1.1 Estado brasileiro e desenvolvimento	25
1.2 Constituição econômica e inovação	33
1.2.1 Inovação na CE brasileira	37
1.2.2 CE e empresas nascentes: art. 170, IX, da CB	41
1.2.3 Tensionamentos internos a CE	42
1.2.3.1 Inovação e pleno emprego	43
1.2.3.2 Inovação e redução das desigualdades regionais	47
1.2.3.3 Regra da subsidiariedade e financiamento público	49
2 Inovação, complexidade econômica, empreendedorismo, startups e venture capital	55
2.1 Inovação essencial para o desenvolvimento	55
2.1.1 Inovação e <i>catch-up</i>	57
2.1.2 Estado e Sistemas Nacionais de Inovação: articulação dos atores	60
2.2 Complexidade econômica: a navalha de Occam do desenvolvimento?	63
2.3 Empreendedorismo e startups:	67
2.3.1 Empreendedorismo enquanto motor do capitalismo	67
2.3.1.1 Empreendedorismo na história	68
2.3.1.1 Visões contemporâneas do empreendedorismo	71
2.3.3 Startups	75
2.3.3.1 Definição de startups	76
2.3.3.2 Definição normativa	80
2.3.3 Ecossistema das startups	82
2.4 Inovação e venture capital	86
2.4.1 Definindo VC	87
2.4.2 Estímulo ao VC como política econômica	88
3 Políticas estatais de estímulo ao ecossistema empreendedor via VC: experiências e aprendizados	92
3.1 Estados Unidos da América	93
3.2 China	97

3.3 Israel	105
3.4 Argentina	110
4 Experiência brasileira: os casos Criatec e FINEP Startup	114
4.1 Infraestrutura jurídica brasileira de estímulo a inovação empreendedora	114
4.1.1 Lei de inovação	117
4.1.2 Decreto Federal	121
4.2 Modelagens jurídicas	122
4.2.1 Financiamento e participação societária	126
4.2.2 Fundos de Investimento em Participação (FIP)	128
4.3 Organismos financiadores	131
4.3.1 BNDES	132
4.3.1.1 BNDESPAR	134
4.3.1.2 Fundo Criatec	136
4.3.1.2.1 Criatec I	138
4.3.1.2.2 Criatec II	142
4.3.1.2.3 Criatec III	143
4.3.1.3 Análise e panorama atual	144
4.3.2 FINEP	148
4.3.2.1 Finep Startup I	150
4.3.2.2 Finep Startup II	156
4.3.2.3 Finep Startup III	161
4.3.2.4 Finep Startup IV	163
4.3.2.5 Análise e panorama atual	163
4.4 Críticas à experiência brasileira	165
4.4.1 Transparência e <i>accountability</i>	165
4.4.2 Riscos de sobreposição	168
4.4.4 Falta de articulação com os demais atores sociais	169
5 Para onde ir?	171
5.1 Financiar o ecossistema	171
5.2 Aprimoramentos da infraestrutura e dos arranjos jurídicos-institucionais	172
5.2.1 Legalidade e marco jurídico das <i>startups</i>	172
5.2.2 Publicidade e transparência	175
5.2.3 Planejamento na ação estatal	180
5.2.4 Eficiência do gasto público: necessidade de mecanismos de aferição	182

5.3 Aprimoramento da infraestrutura jurídica: medida legislativa fundamental	185
CONCLUSÃO	188
REFERÊNCIAS	190
GLOSSÁRIO	213

INTRODUÇÃO

Joseph Alois Schumpeter, em célebre artigo sobre a figura social do empreendedor, escrito em 1928, questionou sobre o crescimento, ou não, da função empreendedora na sociedade: “The only thing that can be questioned is how far this process, which in its nature cannot be stopped, has already progressed, how fast it will progress, and whether a rational economic policy can reasonably build on the present results of this process”¹.

A presente tese se insere num dos aspectos do último tópico dos absolutamente pertinentes questionamentos de Schumpeter: deve ou não o Estado atuar de forma a incentivar a inovação – especialmente, em face do capitalismo contemporâneo, em relação a uma nova forma de fazer inovação, o promovido pelas empresas denominadas *startups*² dentro dos ecossistemas empreendedores.

Tem como hipótese central a necessidade de aprimoramento da infraestrutura jurídica e dos arranjos jurídico-institucionais utilizados pelo Estado brasileiro destinados ao estímulo às *startups* através de investimento via venture capital em decorrência das políticas estadas estrangeiras analisadas e do ordenamento jurídico nacional.

O debate, que para alguns é de fácil resolução³, se insere em um delicado contexto social vigente em terras brasileiras enquanto se escreve o presente texto. Na atualidade, o Brasil passa por um ponto de inflexão. Mencionar o Leviatã se tornou, para muitos setores sociais, principalmente os institucionalmente relevantes, crime de lesa pátria. Acredita-se, não sem certa razão – especialmente em decorrência da conjuntura vigente nos últimos anos –, que o Estado é o causador dos maiores problemas sociais (iminente falência econômica, a decorrente deterioração do tecido social, e, ainda, a corrupção sistêmica).

¹SCHUMPETER, Joseph Alois. **Entrepreneur**. In: SCHUMPETER, Joseph Alois. **The entrepreneur**: classic texts by Joseph A. Schumpeter. Stanford: Stanford Business Books, 2011, p. 252.

² Nesta tese optou-se por usar o termo inglês no original em itálico, e utilizasse como sinônimo do “empresas nascentes de base tecnológica”, expressão geralmente utilizada por agentes estatais.

³ Nenhum economista ou cientista social questiona a importância da inovação no capitalismo. A grande dificuldade é como implementar, ou seja, como deve o Estado para induzir a inovação.

Entretanto, buscar construir e implementar concepção que termine por alijar o Estado deste papel é: i) inconstitucional, conforme se demonstrará no capítulo 1; e, ii) desconsiderar toda a experiência institucional internacional e consolidada por uma vasta literatura acadêmica. É cair no canto das sereias que apresentam práticas e arranjos supostamente perfeitos, e buscam inebriar os países em desenvolvimento há décadas, em especial desde os anos 1980.

Buscar imprimir no Brasil tal cenário é cair no truque e fingir que não vimos a escada – que permite ascender ao patamar de desenvolvimento pleno – sendo chutada⁴. É crer em ideias e concepções que não encontram suporte na realidade fática.

Por óbvio, não se trata de albergar concepções nas quais o Estado seja agente onipresente e alcance todos os aspectos da vida humana de forma a suprimir a liberdade individual e coletiva, ou que atue de forma ineficiente ou imbuída em intenções pouco ortodoxas quanto a legalidade. E não poderia ser, haja vista esta tese tratar, na essência, de fenômeno fortemente marcado pela criatividade e liberdade individual humana – sendo certo, entretanto, que não se trata de mera individualidade, mas a conjunção de uma série de fatores que juntos, em um ecossistema, geram a sinergia necessária para o florescimento –, qual seja: o empreendedorismo.

Se o Estado tudo controlasse, seria impensável idealizar e implementar uma solução para um problema das sociedades contemporâneas: um serviço monopolista ruim que causa uma péssima experiência nas pessoas que precisam se locomover nas grandes cidades. Assim, não poderia utilizar tecnologias disponíveis e de amplo acesso para criar uma solução para isso: ao invés de comprar inúmeros carros para com estes ativos criar uma boa experiência, criar uma *startup* que seja um *marketplace*⁵ no qual fosse possível conectar pessoas que possuem automóvel com pessoas que não possuem e permitir a locomoção destes (o caso *Uber*).

⁴ Metáfora utilizada por Ha-Joon Chang em obra magistral: CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

⁵ Aplicativos que conectam pessoas que podem ofertar com pessoas que tem uma demanda.

Como descreveu Schumpeter, a primeira característica do capitalismo como meio de produção dominante na sociedade contemporânea é que se trata de um processo evolucionário⁶. E em decorrência desta evolução movida, na essência, pela inovação, é que é possível se fazer o descrito no parágrafo anterior.

Como dito, a pergunta primeira da presente tese é: Deve o Estado induzir a inovação? E como fazer isso?

Tendo em vista isto, o principal objetivo da tese é descrever e apresentar incrementos (parte 5) para um mecanismo já utilizado pelo Brasil (parte 4) e por diversos países (parte 3) para apresentar uma das respostas possíveis para a segunda pergunta, qual seja: uma política estatal para promoção do ecossistema das *startups* mediante *venture capital*.

Para embasar tal iniciativa estatal, começou-se (capítulo 1) por descrever o caráter fundamental do papel do Estado para o desenvolvimento no Brasil em face do que dispõe o texto constitucional. Entretanto, tal percurso não é desprovido de tensionamentos jurídicos e sociais. A inovação, por exemplo, possui o potencial de afetar a quantidade de empregos disponíveis (princípio do pleno emprego na ordem constitucional brasileira), e decorre, em grande medida, da proximidade dos atores sociais envolvidos (necessidade de redução das desigualdades regionais, e não acentuação).

Em decorrência disto, apresenta-se a inovação como ocupante de papel central para o desenvolvimento (capítulo 2) de um país por ser política essencial para a realização de um *catch-up* (alcançar) e promover um salto tecnológico. Em sendo assim, demonstra-se a importância de o Estado atuar de forma a articular os setores produtivos para que isto possa ocorrer, o que se faz através dos denominados Sistemas Nacionais de Inovação, conforme ampla experiência estrangeira.

⁶ SCHUMPETER, Joseph Alois. **Essays:** on entrepreneurs, innovations, business cycles and the Evolution of capitalism. Cambridge: Addison-Wesley, 2008, p. 198.

E assim deve ser, pois apenas através da inovação é que se pode promover um aumento da complexidade da matriz econômica, a navalha de Occam do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo.

E em sendo a complexidade econômica essencial, importa diversificar a matriz econômica com produtos e serviços de alto valor agregado ao invés de se despendar esforços e recursos estatais em setores de baixo valor agregado.

Neste esteio, acredita-se que promover os ecossistemas empreendedores seja essencial para a formação das *startups* – algo relativamente novo, mas consolidado – e um dos caminhos fundamentais para tanto. E assim se compreende, pois, tal jeito de executar o empreendedorismo, atividade essencial na história e na economia, não pode ser feita sem uma sinergia decorrente da junção de diversos atores sociais (o *Airbnb* deslanchou, em grande medida, após passar por um processo denominado aceleração conduzido pela aceleradora⁷ “Y Combinator”).

O Estado pode fazer isso de diversas formas. Ocorre que a experiência e os estudos econômicos demonstram que sem o *venture capital* as *startups* e a inovação como vem ocorrendo não se concretizariam. É possível imaginar um banco tradicional emprestando centenas de milhares de reais para uma empresa que não possui nenhum ativo físico? Por essa razão, é fundamental que o Estado auxilie por meio de financiamentos via VC.

Assim, são analisados os melhores arranjos jurídico-institucionais (capítulo 3) utilizados pelos países que financiaram os ecossistemas empreendedores através da utilização de VC, em especial: Estados Unidos da América, China, Israel e Argentina. Não se trata de uma análise de direito comparado, mas tão somente se analisa o papel e as políticas do Estado nestes países no incentivo e indução da inovação através de estímulos ao mercado de VC.

Em seguida, analisa-se (capítulo 4) a infraestrutura jurídica brasileira que permite tal política estatal, e as modelagens jurídicas utilizadas (financiamento através de fundos de investimento ou aquisição direta de participação acionária).

⁷ Empresas especializadas em acelerar *startups* que recebem em contrapartida participação societária.

Na sequência, são analisadas duas experiências recentes promovidas pelo BNDES e pela FINEP: i) os fundos da série Criatec, do BNDES, e, ii) o programa FINEP Startup. Sobre cada experiência, são tecidas as críticas pertinentes em decorrência do que se identificou.

Ao final (capítulo 5), são propostas melhorias em decorrência das especificidades da ordem jurídica brasileira e do que foi identificado como melhores práticas e arranjos jurídico-institucionais no decorrer da pesquisa.

Espera-se contribuir positivamente para que o ecossistema empreendedor das *startups* floresça cada vez mais, e o Estado brasileiro, através dos mecanismos e arranjos estudados, possa induzir o aumento da complexidade econômica brasileira e cumprir o seu papel constitucional de garantir o desenvolvimento.

CONCLUSÃO

A economia comportamental é o segmento dos estudos da economia que busca conjugar *insights* da psicologia nas discussões e modelos econômicos e teve início na década de 50 com crescimento cada vez maior desde os estudos de Daniel Kahneman e Richard Thaler, este ganhador do Prêmio Nobel de economia de 2017. A economia comportamental fornece um ferramental teórico cada vez mais utilizado para influenciar comportamentos sociais de acordo com as metas governamentais³⁸⁶.

No livro “Rápido e Devagar: duas formas de pensar”³⁸⁷ o autor constrói uma metáfora sobre os dois sistemas do cérebro humano: i) O sistema 1 é onde se determinam as formas intuitivas de agir; e, ii) O sistema 2 é o mais controlado de tomar decisões.

Em relação às políticas estatais brasileiro de incentivo às *startups* através de *venture capital* o presente estudou buscou demonstrar que os atores institucionais implementadores de tais políticas estão atuando no sistema 1. As falhas identificadas demonstram que os melhores arranjos jurídico-institucionais identificados nos países analisados são desconsiderados pelos agentes brasileiros.

Kahneman fornece um caminho: “O modo de bloquear erros originados do Sistema 1 é simples, em princípio: procure reconhecer os sinais de que você está pisando em um campo minado, reduza a velocidade e peça apoio o Sistema 2”³⁸⁸.

O Estado brasileiro tem o dever de impulsionar as empresas nascentes de base tecnológico através de financiamento na modalidade *venture capital*, conforme demonstrado nos capítulos 1 e 2 desta tese. Entretanto, os aprendizados extraíveis das políticas e modelagens estrangeiras analisadas no capítulo 3 parecem demonstrar que os agentes estatais brasileiros (capítulo 4) não sabem bem onde estão se metendo.

³⁸⁶ CHETTY, Raj. **Behavioral economics and public policy**: a pragmatic perspective. Cambridge: NBER Working paper series, n. 20928, fev./2015.

³⁸⁷ KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. São Paulo: Objetiva, 2016.

³⁸⁸ KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. São Paulo: Objetiva, 2016, p. 522.

A onda empreendedora das *startups* engoliu os agentes estatais brasileiros. Identificou-se, conforme acima, menções a tal tipo de empresa nascente até mesmo no vigente Plano Plurianual sem sequer compreender corretamente o fenômeno.

Assim, espera-se que a presente tese tenha contribuído para que o Brasil possa deixar o Sistema 1 não continuar avançando em relação ao incentivo às *startups* e que os aprimoramentos e sugestões do capítulo 5 possam ser relevantes para que o Sistema 2 do Estado brasileiro possa rearranjar suas ferramentas de financiamento das *startups* mediante o *venture capital* como política estatal fundamental para o desenvolvimento econômico e social do nosso país, nos termos que define a Constituição Econômica brasileira e a infraestrutura jurídica da inovação do país.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007

_____. **O reino e a glória**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMADEO, Edward J. ESTEVÃO, Marcello. **A teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ARAÚJO, Carla Andrea Soares. **Estado, Educação e Subsidiariedade**: o princípio da subsidiariedade como responsabilidade social do Estado nas relações com a educação pública. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ARBIX, Glauco. **2002-2014: trajetória da inovação no Brasil** – avanços, indefinições e instabilidade nas políticas públicas de fomento à inovação e tecnologia. In: Fundação Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Análise n. 17/2016, nov./2016.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS. **O que é uma startup?**. Disponível em: <https://abstartups.com.br/2017/07/05/o-que-e-uma-startup/>.

ÁVILA, Humberto Bergmann. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2018.

AVNIMELECH, Gil. TEUBAL, Morris. **Evolutionary Innovation and High Tech Policy**: what can we learn from Israel's targeting of venture capital? In: STE-WP-25, Samuel Neaman Institute, 2005.

AVNIMELECH, Gil. ROSIELLO, Alessandro. TEUBAL, Morris. **Evolutionary of VC Policy in Israel, Germany, UK and Scotland**. In: STE-WP-45, 2011.

AUDRETSCH, David B. GRILO, Isabel. THURIK, A. Roy. **Explaining entrepreneurship and the role of policy**: a framework. In: AUDRETSCH, David

B. GRILO, Isabel. THURIK, A. Roy. A handbook of research on entrepreneurship policy. Northampton: Edward Elgar, 2007.

BACON, Francis. **The essays of Francis Bacon**. New York: Charles Scribner's Sons, 1908.

_____. **La nueva atlántida**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000146.pdf>.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Livro verde**. Rio de Janeiro, 2017.

BARBOSA, Leonardo Garcia. **Sociedade anônima simplificada**. In: Revista de Informação Legislativa, ano 51, n. 204, 2014.

BASTOS, Valéria Delgado. **Fundos públicos para ciência e tecnologia**. In: Revista do BNDES, v. 10, n. 20, dez./2003.

BAUMOL, William. LANDES, David S. MOKYR, Joel. **The invention of enterprise: entrepreneurship from ancient mesopotamia to modern times**. New Jersey: Princenton University Press, 2010.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Unesp, 2004.

BENAKOUCHE, Rabah, **Bazar da dívida externa brasileira**: São Paulo: Boitempo, 2003.

BERCOVICI, Gilberto. **Entre o Estado total e o Estado social: atualidade do debate sobre direito, Estado e economia na República de Weimar**. Tese de livre-docência. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

_____. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

_____. *Constituição Econômica e Desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. **Constituição econômica e constituição dirigente**. In: BONAVIDES, Paulo. Et all. *Constituição e democracia: estudos em homenagem ao Prof. J. J. Gomes Canotilho*. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. **Os princípios estruturantes e o papel do Estado**. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso (Org.). *A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. Brasília: IPEA, 2009.

_____. **O direito como instrumento da política econômica**. *Revista dos tribunais*, ano 101, vol. 923, set./2012a.

_____. **Política econômica e direito econômico**. *Revista fórum de direito financeiro e econômico*, ano 1, n. 1. Belo Horizonte: Forum, 2012b.

BERCOVICI, Gilberto. Octaviani, Alessandro. **Direito e Subdesenvolvimento: O Desafio Furtadiano**. In: Rosa Freire d'Aguiar. (Org.). *Celso Furtado e a Dimensão Cultural do Desenvolvimento*. 1ed. Rio de Janeiro: E-Papers; Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

BIAGINI, Fábio Luiz. SILVA, Felipe Borsato da. **Capital de risco e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica no Brasil – a experiência dos fundos Criatec**. In: *Premio ABDE*, Rio de Janeiro, 2015.

BINGHAM, Lisa Blomgre. **The next generation of administrative law: building the legal infrastructure for collaborative governance**. In: *Winsconsin Law Review*, 297, 2010.

BITTENCOURT, Pablo Felipe. CARIO, Silvio A. F. **O conceito de sistema nacional de inovação: das raízes históricas à análise global contemporânea**. In: *XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA - A Economia Política da Recessão*, 2016, São Bernardo do Campo-SP. *XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA - A Economia Política da Recessão*, 2016..

BJORNSKOV, Christian. FOSS, Nicolai J. **Economic freedom and entrepreneurial activity**: some cross-country evidence. *In*: Public Choice, v. 134, 2008.

BLANK, Steven Gary. **Do sonho a realização em 4 passos**: estratégias para a criação de empresas de sucesso. São Paulo: Évora, 2012.

BLAUG, Mark. **Entrepreneurship before and after Schumpeter**. *In*: SWEDBERG, Richard. Entrepreneurship: the social science view. New York: Oxford, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Política e direito**. Fortaleza: Imprensa universitária, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. Lisboa: Edições 70, 2012.

BRAGA, José Carlos. **A financeirização da riqueza**. Economia e Sociedade. Campinas: v.2, n.1, 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. NASSIF, André. FEIJÓ, Carmem. **A reconstrução da indústria brasileira**: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. *In*: Revista de Economia Política, v. 36, n. 3, jul./set. 2016.

BREZNITZ, Dan. **Innovation and the State**: pocial choice and strategies for growth in Israel, Taiwan and Ireland. London: Yale University Press.

BREZNITZ, Dan. MURPHEE, Michael. **Run of the red queen**: government, innovation, globalization and economic growth in China. New Haven: Yale University Press, 2011.

BRITO, Pedro Eduardo Fernandes. **Chamada pública para formação de parcerias societárias entre os setores público e privado**: superando incertezas e promovendo transparência. Dissertação de mestrado. Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2017.

BRUNKHORST, Hauke. **A decapitação do legislador**: a crise europeia. Revista Direito.UnB, jan.-jun. 2014, v. 1, n. 1, 2014.

CASSESE, Sabino. **La nuova costituzione economica**. 2 ed. Roma: Editori Laterza, 2000.

_____. **La Noción de Constitución Económica y las Transformaciones del Estado.** Revista de Direito Administrativo e Constitucional. Belo Horizonte, ano 3, n. 14, out./dez. 2003.

CARIA JÚNIOR, Sidnei. **Hiato tecnológico e *catching -up*:** uma abordagem a partir da inovação. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2015.

CARVALHO, Gabriela de. **A nova administração pública e o direito administrativo.** In: Forum Administrativo – FA, ano 14, n. 158, abr./2014.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira:** do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Para o Estado-rede:** globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos (Org.). Sociedade e estado em transformação. Brasília: Enap, 1999.

CAVALCANTI, Thais Novaes. **O direito à promoção das capacidades da pessoa e o princípio da subsidiariedade:** uma necessária compreensão do papel do Estado. Tese de doutorado. Pontifício Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xama, 1996.

CHETTY, Raj. **Behavioral economics and public policy:** a pragmatic perspective. Cambridge: NBER Working paper series, n. 20928, fev./2015.

COOTER, Robert. ULEN, Thomas. **Direito e economia.** São Paulo: Bookman, 2010.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada:** a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **Maus samaritanos:** o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo. Rio de Janeiro: Elviesier, 2009.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. MENDONÇA, Andréa Torres Barros Batinga de. WOHL, Sidele. NASCIMENTO, Thiago Cavalcante. **Capital de risco no Brasil: a atuação do fundo de capital semente CRIATEC**. In: *Análise*, v.22, n. 2, jul./dez. 2011.

CHRISTENSEN, Jesper Lindgaard. **The role of finance in national systems of innovation**. In: LUNDVALL, Bengt-Ake. **National Systems of Innovation: toward a theory of innovation and interactive learning**. London: Anthem Press, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. **O indispensável direito econômico**. In: *Revista dos tribunais*, ano 101, vol. 923, set./2012.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: eBooksBrasil, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Financiamento à inovação: a necessidade de mudanças**. Brasília, 2014.

COSTA, Herika Crhistina Maciel de Oliveira. **Estudo comparativo dos modelos de avaliação de inovação para obtenção de capital de risco: programa governamental Criatec I – BNDES versus modelos teóricos para cálculo de intangíveis propostos na contabilidade**. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

CUMMING, Douglas. **Introduction to the companion venture capital**. In: CUMMING, Douglas. **Venture capital: investment, strategies, structures and policies**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.

CUMMING, Douglas. LI, Dan. **Public policy, entrepreneurship and venture capital in the United States**. In: *Journal of corporate finance*, v. 23, 2013.

CUNHA, Samantha Ferreira e. XAVIER, Clésio Lourenço. **Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI**. In: *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, jul./set. 2010.

DEATON, Angus. KAHNEMAN, Daniel. **High income improves evaluation of life but not emotional well-being**. In: *PNAS*, set. 21, vol. 107, n. 38, 2010.

DEMAZIÉRE, Didier. **Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego.** In: GUIMARÃES, Nadya Araújo. (Org). Trabalho flexível, empregos precários? São Paulo: Unesp, 2009.

DESIDERIO, Wellington Afonso. **Banco de desenvolvimento ou de investimento?** A trajetória do BNDESPAR no capitalismo brasileiro. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

DOSI, Giovanni. NELSON, Richard R. **Technical change and industrial dynamics as evolutionary processes.** In: HALL, Bronwyn H. ROSENBERG, Nathan. Handbooks of the economics of innovation. Oxford: Elviesier, 2010.

DULLIUS, Andréia Cristina. **As capacidades de inovação em startups:** um estudo no Vale do Silício. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

ENCINA, Carlos Ruiz. **O conflito social no Chile:** Estado, mercado e democracia. In: Plural, v. 22.1, 2015.

ENGEL, Jerome S. **Global clusters of innovation:** lessons from silicone valley. In: California Management Review, v. 57 n. 2, 2015.

ENGEL, Jerome S. DEL-PALACIO, Itxaso. **Global networks of clusters of innovation:** Accelerating the innovation process. In: Kelley School of business, 2009.

FABRIZIO, Kira R. MOWERY, David C. **The federal role in financing major innovations:** information technology during the postwar period. In: LAMOREAUX, Naomi R. SOKOLOFF, Kenneth L. **Financing innovation in the United States:** 1870 to presente. Cambridge: MIT Press, 2007.

LERNER, Josh. **The governance of new firms:** a functional perspective. In: LAMOREAUX, Naomi R. SOKOLOFF, Kenneth L. **Financing innovation in the United States:** 1870 to presente. Cambridge: MIT Press, 2007.

FAIAD, L'Inti Ali Miranda. **Constituição Econômica e Constituição Financeira: uma relação difícil**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

FAGERBERG, Jan. MOWERY, David C. NELSON, Richard R. **The Oxford handbook of innovation**. Oxford: Oxford Press, 2006.

FERNANDES, André Luiz. PORCILE, Gabriel. **Um modelo evolucionário norte-sul**. In: Revista de Economia Política, v. 27, n. 4, out.;dez./2007.

FERRAZ, Max Benjoio. **Setor público e o venture capital: um estudo de caso do Criatec**. Tese de doutorado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direito constitucional econômico**. São Paulo: Saraiva, 1990.

FIATES, José Eduardo Azevedo. **Influência dos ecossistemas de empreendedorismo inovador na indústria de venture capital: estratégias de apoio às empresas nascentes**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

FISHMAN, Ted C. **China S.A.: como o crescimento da próxima superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo**. São Paulo: Ediouro, 2006.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. AREND, Marcelo. **Brasil (1955-2005): 25 anos de *catching up*, 25 anos de *falling behind***. In: Revista de Economia Política, v. 32, n. 1 (126), jan./mar de 2012.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

_____. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins fontes, 2014.

FRENCH-DAVIS, Ricardo. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento com equidad: tres décadas de política econômica en Chile**. Santiago: JC Saez, 2003.

FRISCHMANN, Brett M. **Infrastructure: the social value of shared resources**. Oxford: Oxford Press, 2012

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1969.

_____. **Brasil: A construção interrompida**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**, São Paulo: Paz e terra, 2002.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e terra, 2007.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GILSON, Ronald J. **The legal infrastructure of high technology industrial districts: Silicon Valley, Route 128 and covenants not to compete**. In: New York University Law Review, v. 74, n. 3, jun./1999.

GOMPERS, Paul. LERNER, Josh. **The venture capital Revolution**. In: Journal of Economic Perspective, v. 15, n. 2, 2001.

GONÇALVES, Lidiane Delesderrier. **Desafios na economia do conhecimento: o do BNDES**. Dissertação de mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Geúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.

GIULIANI, Elisa. MORRISON, Andrea. RABELLOTTI, Roberta. **Innovation and technological catch-up in the wine industry: an introduction**. In: GIULIANI, Elisa. MORRISON, Andrea. RABELLOTTI, Roberta. Innovation and technological catch-up: th changing geography of wine industry. CHELTENHAM: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

GRAU, Eros. **Planejamento e regra jurídica**. São Paulo, 1977.

GREGSEN, Birgitte. **The public sector as a pacer in national systems of innovation**. In: LUNDVALL, Bengt-Ake. **National Systems of Innovation: toward a theory of innovation and interactive learning**. London: Anthem Press, 2010.

HADFIELD, Gillian K. **Rules for a flat world**: why humans invented law and how to reinvent it for a complex global economy. Oxford: Oxford Press, 2017.

HALL, Bronwyn H. ROSENBERG, Nathan. **Handbooks of the economics of innovation**. Oxford: Elviesier, 2010.

HALL, Bronwyn H. IERNER, Josh. **The financing of R&D and innovation**. In HALL, Browyn H. ROSENBERG, Nathan. Handbooks in economic of innovation. Amsterdan: Elviesier, 2010..

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: The university of Chicago Press, 1948.

_____. HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Linhas fundamentais da filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

HOFFMAN, Anders N. **A rough guide to entrepreneurship policy**. In: AUDRETSCH, David B. GRILO, Isabel. THURIK, A. Roy. A handbook of research on entrepreneurship policy. Northampton: Edward Elgar, 2007.

HUDSON, Michael. **Entrepreneurs**: from the near eastern takeoff to the roman collapse. In: BAUMOL, William. LANDES, David S. MOKYR, Joel. The invention of enterprise: entrepreneurship from ancient mesopotamia to modern times. New Jersey: Princenton University Press, 2010.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1974.

IKENAMI, Rodrigo Kazuo. **A abordagem "ecossistema" em teoria organizacional**: fundamentos e contribuições. Dissertação de mestrado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

ISLAM, Mazhar. FREMETH, Adam. MARCUS, Alfred. **Signaling by early stages startups**: US goverment research grants and venture capital funding. In: Journal of Business Venturing, v. 33, 2018, p. 49.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. São Paulo: Objetiva, 2016.

KARAYIANNIS, A. D. **Entrepreneurship in classical greek literature**. *In: The south african journal of economics*. Vol. 60 (1), 1992, p. 70 e 78-83.

KAUFFMAN, Ewing Marlon. **The entrepreneurial mind-set**. *In: HISRICH, Robert D. PETERS, Michael P. SHEPHERD, Dean A. Entrepreneurship*. New York: McGraw-Hill, 2017.

KENNEY, Martin. **How venture capital became a componente of the U.S. National System of Innovation**. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1847203.

KIRZNER, Israel M. **Competição e atividade empresarial**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986.

_____. **The Alert and Creative Entrepreneur: A clarification**. *In: IFN Working Paper No. 760*, 2008.

KLERMAN, Daniel. **Legal infrastructure, judicial Independence and economic development**. *In: USC Center in Law, Economics and Organization, research paper n. c06-1*, 2006.

KNIGHT, Frank H. **Risk, uncertainty and profit**. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

KOLLMANN, Tobias. **What is e-entrepreneurship?** Fundamentals of company founding in the net economy. *In: THÉRIN, François. Handbook of research on techno-entrepreneurship*. Northampton: Edward Elgar, 2007.

KON, Anita. **Nova economia política dos serviços**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. **A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

KON, Fábio. CUKIER, Daniel. MELO, Claudia. HAZZAN, Orit. YUKLEA, Harry. **A panorama of the Israeli software startup ecosystem.** Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2441157.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

KURAN, Timur. **The scale of entrepreneurship in middle eastern history: inhibitive roles os islamic institutions.** In: BAUMOL, William. LANDES, David S. MOKYR, Joel. **The invention of enterprise: entrepreneurship from ancient mesopotamia to modern times.** New Jersey: Princenton University Press, 2010.

JOHNSON, Bjorn. **Institutional learning.** In: LUNDVALL, Bengt-Ake. **Introduction.** In: LUNDVALL, Bengt-Ake. **National Systems of Innovation: toward a theory of innovation and interactive learning.** London: Anthem Press, 2010.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento.** São Paulo: Saraiva, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Art. 20 da LINDB: dever de transparência, concretude e proporcionalidade nas decisões públicas.** In: Revista de Direito Administrativo. Edição Especial: Direito Público na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, nov. 2018.

LAMOREAUX, Naomi R. SOKOLOFF, Kenneth L. **Financing innovation in the United States: 1870 to presente.** Cambridge: MIT Press, 2007.

LANDES, David. **A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LERNER, Josh. **The government as venture capitalist: the long impact of the SBIR program.** In: Journal of Business, 72(3), 1999.

LI, Jun. **Gouvernement-backed venture capital as a Science, Technology and Innovatio (STI) policy instrument: a chinese perspective.** In: STI Policy Review, n. 7, 2016.

LIN, Lin. **Re-engineering a ventura capital Market**: the case of china: In: NSU Law Working Paper 2015/007, 2015.

LICHTENSTEIN, Gregg A. LYONS, Thomas S. **The entrepreneurial development system**: transforming business talent and Community economies. In: Economic development quarterly, 15(1), 2001.

LIMBERGER, Têmis. **Transparência administrativa e novas tecnologias**: o dever de publicidade, o direito de ser informado e o princípio democrático. In: Revista de Direito Administrativo, v. 244, 2007.

LOSSO, Marcelo Ribeiro. **O princípio da proteção à confiança nas relações contratuais entre o Estado e o agente privado**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2008.

LUNDVALL, Bengt-Ake, JOHNSON, Bjorn. ANDERSEN, Esben Sloth. DALUM, Bent. **National systems of production, innovation and competence building**. In: Research Policy, 31, 2002.

LUNDVALL, Bengt-Ake. **Introduction**. In: LUNDVALL, Bengt-Ake. **National Systems of Innovation**: toward a theory of innovation and interactive learning. London: Anthem Press, 2010.

LUIS, Alessandro Serafim Octaviani. **Recurso genéticos e desenvolvimento**: os desafios furtadianos e gramsciano. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. **Direito econômico da inovação tecnológica**. In: OCTAVIANI, Alessandro. Estudos, pareceres e votos de direito econômico. São Paulo: Singular, 2014.

MAIA, Marcel Maggion. **Como nascem as startups?** Uma análise microsociológica das performances e estratégias discursivas dos empreendedores a procura de capital. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MANDELBAUM, Michael. **As ideias que conquistaram o mundo**: paz, democracia e livre iniciativa. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MANSOLDO, Felipe Fayer. **Discutindo desenvolvimento e direitos humanos:** a atuação do BNDES sob a perspectiva poulantziana de Estado seu reflexo nas violações aos direitos humanos por empresas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

MARINHO, Sarah Morganna Matos. **Como são os laços do capitalismo brasileiro?** As ferramentas jurídicas e os objetivos dos investimentos por participação da BNDESPAR. Dissertação de mestrado. Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2015.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. **A concessão como instituto do direito administrativo.** Tese de titularidade. Faculdade de direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Weber e Schumpeter:** a ação econômica empreendedora. In: Revista de Economia Política, v. 30, n. 2 (118), 2010.

MASSONETTO, Luis Fernando. **O direito financeiro no capitalismo contemporâneo:** a emergência de um novo padrão normativo. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

MATOS, Felipe. **10 mil startups:** guia prático para começar e crescer um novo negócio baseado em tecnologia no Brasil. São Paulo: Mariposa, 2017.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. ABDAL, Alexandre. **Estados Unidos:** mudanças jurídico-institucionais e inovação. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Série de cadernos da Indústria ABDI – Volume XV. Brasília: ABDI, 2010.

MAURER, Hartmut. **Direito administrativo geral.** Barueri: Manole, 2006.

MCFETRIDGE, Donald G. **The canadian system of industrial innovation.** In: NELSON, Richard R. National Innovation Systems: a comparative anlasys. Oxford: Oxford University Press, 1993.

MEDEIROS, Léa Vidigal. **Direito econômico e superação do subdesenvolvimento**: BNDES e planejamento. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Unesp, 2009.

MELO, Luiz Martins de. **Financiamento à inovação no Brasil**: análise da aplicação dos recursos do FNDCT e da FINEP de 1967 a 2006. In: Revista Brasileira de Inovação, v. 8(1), jan./jun. 2009.

MISES, Ludwig Von. **The entrepreneur and profit**. In: SWEDBERG, Richard. Entrepreneurship: the social science view. New York: Oxford, 2000.

MOTOYAMA, Shozo. **Ciência e tecnologia no Brasil – para onde?**. In: MOTOYAMA, Shozo (Org.) Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil São Paulo: EDUSP, 2004.

MOORE, James F. **The death of competition**: leadership and strategy in the age of business ecosystem. New York: Harper Business, 1996.

MORAIS, José Mauro de. **Políticas de apoio financeiro a inovação tecnológica**: avaliação dos programas MCT/FINEP para empresas de pequeno porte. Texto para discussão n. 1296, IPEA, 2007.

_____. **Chamadas públicas de subvenção econômica e chamadas cooperativas na FINEP**: diferenças no grau requerido de inovação. In: Radar – Tecnologia, produção e comércio exterior/IPEA, 2009.

MOWERY, David C. SAMPAT, Bhaven N. **Universities in National Innovation Systems**. In: FAGERBERG, Jan. MOWERY, David C. NELSON, Richard R. The Oxford handbook of innovation. Oxford: Oxford Press, 2006.

MOWERY, David. ROSENBERG, Nathan. **Trajetórias da inovação**: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. Campinas: Unicamp, 2005.

MURRAY, Gordon C. **Venture capital and government policy**. In: LANDSTROM, Hans. Handbook of research on venture capital. Northampton: Edward Elgar, 2007.

MURRAY, James M. **Entrepreneurs and entrepreneurship in Medieval Europe**. In: BAUMOL, William. LANDES, David S. MOKYR, Joel. The invention of enterprise: entrepreneurship from ancient mesopotamia to modern times. New Jersey: Princenton University Press, 2010.

NAPOLEONI, Cláudio. **Curso de economia política**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

NAPOLEONI, Loretta. **Maonomics**: por que os comunistas chineses se saem melhores capitalistas do que nós. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

NEGRI, João Alberto de. MORAIS, José Mauro de. **Evolução das ações e programas da FINEP no apoio a inovação empresarial – 2003-2014**. In: Radar – Tecnologia, produção e comércio exterior/IPEA, n. 48, 2016.

NELSON, Richard. **A retrospective**. In: NELSON, Richard R. National Innovation Systems: a comparative anlasys. Oxford: Oxford University Press, 1993.

NELSON, Richard R. ROSENBERG, Nathan. **Technical Innovation and National Systems**. In: NELSON, Richard R. National Innovation Systems: a comparative anlasys. Oxford: Oxford University Press, 1993.

NEUMANN, Franz. **Sobre los requisitos y el concepto jurídico de una constitucion econômica**. Traducido del alemán por Miguel Ángel Cano Paños. Die arbeit, 1931, p. 588-606. Disponível em: <<http://www.ugr.es/~redce/REDCE9/articulos/11FranzNeumann.htm>>. Acesso em: 12.05.2017.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo**. 3 ed. 1997.

_____. **Promoting entrepreneurship and innovative SMWs in global economy**. Istambul, 2014.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. **Do ITA à EMBRAER: a ideia de progresso dos militares brasileiros para a indústria aeronáutica.** In: Anais do XVII Encontro Regional de História – o lugar da história. Unicamp. Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Régis Fernandes. **Curso de direito financeiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

OST, François. **O tempo do direito.** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

PAIVA, Márcia de. **BNDES: Um banco de história e do futuro.** São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.

PAULA, Luiz Fernando de. **Gestão macroeconômica em contexto de globalização financeira.** Revista política social e desenvolvimento, ano 3, n. 14, 2015.

PAULA, Luiz Fernando de. JABBOUR, Elias. **A China e seu catching-up: uma abordagem desenvolvimentista clássica.** In: Associação Brasileira de desenvolvimento. Prêmio ABDE edição 2016. Rio de Janeiro: ABDE, 2016.

PAULANI, Leda Maria. **Economia e retórica: o capítulo brasileiro.** In: Revista de Economia Política, v. 26, n. 1, jan./março 2006.

PAULANI, Leda Maria. ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo.** Economia e sociedade. Campinas, ago./2011.

PAPARIELLO, Bruno Medeiros. **Financiamento da tecnologia e inovação por meios de fundos mútuos de investimento em empresas emergentes.** Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

PELLEGRINI, Josué Alfredo. **Gastos tributário: conceitos, experiência internacional e o caso brasileiro.** Brasília: Núcleo de estudos e pesquisas, texto para discussão n. 159, 2014.

PICKEN, Joseph C. **From startup to scalable enterprise: laying the foundation.** 2017.

PINHEIRO, Caroline. RAMALHO, Matheus Sousa. **A sociedade anônima simplificada (RE-SAS) e o fenômeno de simplificação das estruturas societárias**. In: CORREIA JUNIOR, José Barros. LIMA, Luiza Barbosa. SILVA, Paulo Coimbra. Direito empresarial. Florianópolis: FUNJAB, 2014.

PINTO, Felipe de Matos Sardinha. **A construção de um modelo de acompanhamento da evolução de startups digitais em contexto de aceleração**: o caso Startu-Up Brasil. Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PINTO, Luciane Gorgulho. **Capital de risco**: uma alternativa às pequenas e médias empresas de base tecnológica – o caso Contec. In: Revista do BNDES, n.7, Rio de Janeiro, 1997.

PLAGGE, Arnd. **Public policy fo venture capital**: a comparison of the United States and Germany. Wiesbaden, 2006.

PORTER, Michael E. **Clusters and the new economics of competition**. In: Harvard Business Review, nov./dec 1998.

POSSAS, Mário Luiz. **Economia evolucionária neo-schumpeteriana**: elementos para uma integração micro-macroeconômica. In: Revista Estudos Avançados, v. 22, n. 63, 2008.

PSEUDO-XENOFONTE. **A Constituição dos atenienses**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

QIZHENG, Zhao. YUDONG, Shao. **Shanghai pudong miracle**: a case-study of China's fast-track economy. Beijing: China Intercontinental Press, 2008.

REGO, Elba Cristina Lima. **How technological catching up matters to economic development today**. Tese de doutorado. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

REICH, Norbert. **Derecho y mercado**. Barcelona: Ariel, 1985.

REINER, Erik S. **Como os países ficaram ricos e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

RIES, Eric. **A startup enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

RODRICK, Dani. **Industrial policy for the twenty-first century**. Disponível em: <https://www.sss.ias.edu/files/pdfs/Rodrik/Research/industrial-policy-twenty-first-century.pdf?fbclid=IwAR01cgyiAciY2WW-juxtro6CgyrLuf29DRcxrMViDmPQQWxW5te0Vs4xuo> Acesso em: 10.09.2018.

Premature deindustrialization. In: Journal of Economic Growth, vol. 21, issue 1, 2016.

RODRIGUES, José Rodrigo. **O direito liberal para além de si mesmo**: Franz Neumann, o direito e a teoria crítica. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, 2006.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.

ROSA, Maria Eduarda Fleck da. **O poder normativo da Comissão de Valores Mobiliários**. Dissertação de mestrado. Faculdade de direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SCAFF, Fernando Facury. **A constituição econômica brasileira em seus 15 anos**. In: SCAFF, Fernando Facury. (Org.) Constitucionalizando direitos: 15 anos da Constituição brasileira de 1988.

_____. **Direitos Fundamentais e orçamento**: despesas sigilosas e o direito à verdade. In: José Mauricio Conti; Fernando Facury Scaff. (Org.). Orçamentos Públicos e Direito Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **Royalties decorrentes da exploração de recursos naturais não renováveis**: incidência e rateio federativo. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

_____. **Orçamento republicano e liberdade igual**: ensaio sobre direito financeiro, República e direitos fundamentais no Brasil. Belo Horizonte: Forum, 2018.

SCHAPIRO, Mário Gomes. **Novos parâmetros para intervenção do Estado na economia**: persistência e dinâmica na atuação do BNDES em uma economia baseada no conhecimento. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009,

SCHUMPETER, Joseph Alois. **The entrepreneur**: classic texts by Joseph A. Schumpeter. Stanford: Stanford Business Books, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SENR, Dan. SINGER, Saul. **Nação empreendedora**: o milagre econômico de Israel e o que ele nos ensina. São Paulo: Évora, 2011.

SILVA, Danilo Tavares da. **Público e privado na desestatização**: as políticas de inovação tecnológica, conteúdo local e financiamento público nos setores desestatizados. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SILVA, Luciana Bittencourt da. **As infraestruturas de pesquisa no Brasil e o perfil de financiamento da Finep**. Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2017.

SINGER, Paulo. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

SO, Alvin Y. **The Post-Socialist Path of Developmental State in China**. In: CHU, Yin-Wah. The Asian Developmental State: reexaminations and new departures. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

SPADE, Paul Vicent. **William of Ockham**. In: Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/ockham/index.html#4.1> Acesso em: 10.11.2018.

STEINER, GEORGE A. **A função do governo na vida econômica**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

STERN, Scott. GUZMAN, Jorge. **The state of american entrepreneurship**: new estimates of the quantity and quality of entrepreneurship for 15 US States, 1988-2014. 2016.

STIGLITZ, Joseph E. **Economics of the public sector**. London: W.W. Norton & Company, 1999.

SUTTER, Christopher. BRUTON, Garry D. CHEN, Juanyi. **Entrepreneurship as solution to extrem poverty**: a review and future research directions. In: Journal of Business Venturing, v. 34, 2019.

TAN, Yinglan. **Chinnovation**: How chinese innovators are changing the world. Singapore: John Wiley & Sons, 2011.

TANJI, Marcia. **Mercado de capitais**: formas de atuação do Estado. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

TAVARES, André Ramos. **Ciência e tecnologia na Constituição**. In: Revista de Informação Legislativa, v. 44, n. 175, jul./set 2007.

_____. **Direito constitucional econômico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Direito econômico diretivo**: percursos das propostas transformativas. Tese de titularidade. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

_____. **Curso de direito constitucional**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TAVARES, João Marcos Hausmann. **O papel do BNDES no financiamento da inovação tecnológica**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Revista Economia e Sociedade, vol. 21, dez./2012.

TRATJTENBERG, Manuel. **Government support for comercial R&D**: lessons from the israeli experience. In: LERNER, Josh. JAFFE, Adam. STERN, Scott. Innovation policy and the economy. MIT Press, 2002.

TORRES, Heleno Taveira. **Teoria da Constituição Financeira**. Tese de titularidade. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014.

VALLE, Vivian Cristina Lima López. **Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na Administração Pública contemporânea**: da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Elviesier, 2016.

VERDU, Pablo Lucas. **Teoria de la constitucion como ciência cultural**. Madrid: Dykinson, 1998.

_____. **O sentimento constitucional**: aproximação ao estudo do sentir constitucional como modo de integração política. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

VERMEULEN, Erik P. M. MCCAHERY, Joseph A. **Corporate governance and innovation**: venture capital, joint ventures and family business. In: ECGI Working Paper Series in Law, n. 65, mar./2006.

WATKINS, Paul. DANIELS, Evan. SLAYTON, Stuart. **First in the nation**: Arizona's regulatory sandbox. Stanford Law & Policy Review, v. 29, 2018.

XIONG, Wei. **The mandarin modelo f growth**. NBER Working Paper Series, working paper 25296, nov./2018.

YANIKIAN, Viviane Paes Macedo. **Financiamento à inovação no Brasil**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

ZETSCHE, Dirk. BUCKLEY, Ross P. ARNER, Douglas W. BARBERIS, Janos. **Regulatory Revolution: from regulatory sandbox to smart regulation**. Universit of Luxemburg Law Working Paper Series, n. 11, 2017.

ZHU, Tianbiao. **Political economy of the chinese flexible state**. Work Paper Series n. 1, 2010, Peking University.

GLOSSÁRIO

Aceleradora – As aceleradoras são Instituições que apoiam *startups* principalmente no suporte à criação e ao desenvolvimento do negócio e a se conectarem com atores importantes para o negócio por período determinado de tempo; são financiadas com capital privado, e, em contrapartida, adquirem o direito de assumir entre 5 e 15% das cotas das empresas que aceleram.

Benchmarking – Em português, “ponto de referência”, é uma espécie de pesquisa mercadológica que tem como estratégia a comparação com os principais concorrentes de uma dada empresa a fim de melhorar seus processos operacionais e gerenciais.

Bootstrapping – É iniciar um negócio com recursos limitados e próprios, sem nenhuma adição de fundos ou de capital externo de quaisquer outras instituições.

Cap table – É uma espécie de tabela demonstrativa do quadro de acionistas de uma dada empresa com detalhamento da participação de cada sócio nos negócios.

Coworking – Locais de trabalho compartilhado por profissionais de diferentes áreas de negócios, onde a ideia principal incentivar a troca de expertises, além de reduzir custos para os empreendedores locatários.

Crowdfunding – É a capitalização de uma empresa ou projeto feita através financiamento coletivo, geralmente pessoas físicas, efetivado através de plataformas online especializadas.

Due Diligence – É uma espécie de auditoria que ajudará os possíveis investidores a decidir sobre a viabilidade e o interesse no investimento.

Due diligente técnico – Análise dos aspectos técnicos da inovação de uma *startup*.

Early stage – Estágio inicial das empresas nascentes de base tecnológicas.

Escalabilidade – é a capacidade de atender um grande público com facilidade, replicando um serviço ou produto que abranja um grande mercado consumidor.

Incubadoras – São instituições que auxiliam as empresas nascentes a desenvolverem o seu produto, serviço e/ou modelo de negócio. Geralmente estão situadas dentro de instituições de ensino superior públicas ou privadas.

Investidor-anjo – Investidores experientes e amplo conhecimento da dinâmica do ecossistema empreendedor e que usualmente investem em *startups early stage*, e, em contrapartida, receberão um percentual dos futuros lucros dessa empresa e/ou ingressão no quadro societário.

Love money – Aporte captado por empreendedores através familiares ou amigos, onde não se exige nenhum tipo de contrato por ambas as partes, pois tudo baseia-se na confiança e aposta de sucesso do negócio.

Meetup – A ideia vem do Vale do Silício, onde integrantes de de comunidades de *startups* encontram-se informalmente para conversar e trocar de experiências de forma a ampliar *networking*.

MVP – Minimum Viable Product (“Produto minimamente viável”) – São produtos/serviços em estágio inicial, lançados no mercado para obtenção de “feedback”, que ainda um aperfeiçoamento até que o produto/serviço seja totalmente finalizado.

Pitch – É um breve discurso de apresentação do empreendedor para possíveis investidores a fim de promover o seu produto ou serviço bem como o potencial do seu negócio.

Pivot – Trata-se de uma mudança no rumo do negócio de uma empresa, que busca novas alternativas para melhorar o seu desempenho, mas que matem a base do seu modelo de negócios original.

Seed capital - é chamado capital semente, captado na fase embrionária de uma empresa.

Startup – Empresas nascentes de base tecnológica que dependem da inovação para sobreviver.

Validação – Momento no qual há verificação, de fato, da viabilidade comercial da inovação corporificada em um novo serviço, produto e/ou modelo de negócio.